



1836 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

O PAPEL REGENERADOR DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM BAGÉ/RS
Alessandro Carvalho Bica - UNIPAMPA/CAMPUS JAGUARÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Resumo

Este artigo é um estudo acerca da História da Educação do município de Bagé/RS, e tem como enfoque principal compreender o processo de estabelecimento da política educacional ocorrida na gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1924-1929), esta organização educacional reafirmou os princípios republicanos elaborados pela filosofia positivista do Partido Republicano Rio-Grandense no período. Neste sentido, este processo pautou-se principalmente na expansão da Instrução Primária, Secundária, Artística e Física no município de Bagé/RS. Este trabalho assentou-se na análise documental de fontes escritas, tais como, relatórios intencionais e orçamentários do município, correspondências, jornais, leis, decretos e atos, dentre outros, tais documentos foram abordados sob o prisma da metodologia histórico-crítica. Ponderamos que no transcorrer do processo de implantação do Sistema Escolar Municipal evidenciaram-se os símbolos, as crenças, os rituais e os valores do pensamento hegemônico positivista republicano e condutor na consecução do projeto republicano de educação pensado na segunda década do século XX no município de Bagé/RS.

Palavras-chave: História da Educação de Bagé, Sistema Educacional Municipal, Positivismo

INTRODUÇÃO

A condução de Carlos Cavalcanti Mangabeira à Intendência Municipal de Bagé no ano de 1925 deve ser compreendida no contexto dos reflexos políticos e administrativos ocorridos na última década da Primeira República. As conjecturas oriundas da Pacificação de 1923 no Estado e da reforma da Lei Orgânica Municipal em 1924 provocaram uma nova configuração dentro do Partido Republicano Bajeense nos últimos anos da década de 1920.

Conjuntamente com José Octavio Gonçalves, Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira, José Thomaz Nabuco de Gouvêa, José Manuel Rodrigues, Martim Tupy Silveira, Carlos Mangabeira figurava entre os principais nomes do grupo de republicanos da cidade de Bagé. Escolhido pelo Partido Republicano Bajeense como candidato ao Legislativo Estadual, foi eleito no ano de 1913, permanecendo no cargo até o ano de 1924, em seus mandatos ocupou os cargos de Vice-Presidente e de 1º Secretário da Mesa Diretora na Assembleia Legislativa^[i] no Estado do Rio Grande do Sul.

Paralelamente ao mandato de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense, foi nomeado pelo ato nº 20^[ii] de 24 de maio de 1917, como vice-intendente de Martim Tupy Silveira permanecendo no cargo até ser eleito Intendente, nas eleições do ano de 1925.

Neste sentido, é interessante perceber que a eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira para o pleito municipal, representa o reforçamento do princípio da hegemonia partidária do PRR bajeense após a distensão política ocorrida com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, esse movimento ocorreu simultaneamente na capital do Estado, Porto Alegre, como afirma Bakos (2007, 195), sobre a eleição do intendente republicano Otávio Rocha no ano de 1925:

À luz do pensamento de Gramsci, sabe-se, hoje, que é preciso, quando se verifica uma crise hegemônica, apresentarem-se líderes e projetos novos. Na prática, essa foi à atitude do PRR, escolhendo Otávio Rocha à execução de remodelação da cidade [...]. Consciente da importância de seu papel e do dever procurou-se cercar de técnicos especializados, aumentando, em muito, a burocracia do governo municipal [...] Uma das medidas prioritárias do novo intendente foi organizar o sistema [...] para, a partir daí, fazer as reformas [...].

A leitura da citação de Bakos (2007) nos ajuda também a compreender a postura ideológica, política e administrativa que Carlos Cavalcanti Mangabeira iria imprimir na condução da Intendência Municipal de Bagé após o ano de 1925. Ao que tudo indica, Mangabeira assumiu uma postura austera em relação aos princípios positivistas na condução de sua gestão administrativa. Sendo assim, ao assumir a Intendência municipal, Mangabeira manifestou seu interesse em regenerar às instituições políticas e administrativas, buscar a saúde financeira do município e preconizar a responsabilidade fiscal da administração pública.

Neste sentido, Carlos Cavalcanti Mangabeira, guiou sua administração pela filosofia positivista, de governar pela ordem e pelo desenvolvimento do progresso das coisas públicas e privadas preconizada pelos republicanos, como afirma Corsetti (1998, p. 95): *a perspectiva reformadora de Augusto Comte foi assumida amplamente pelos republicanos rio-grandenses, desde a concepção relativa às bases científicas da nova sociedade, [...] chegando até ao campo educacional.*

Portanto, Carlos Cavalcanti Mangabeira buscou em sua gestão, um modelo de reorganização administrativa em termos urbanos e educacionais^[iii]. Apesar dos esforços empreendidos e dos avanços atingidos na gestão do intendente Martim Tupy Silveira (1914-1925) no remodelamento urbano e no avanço educacional na cidade de Bagé, o município ainda carecia de um sistema organizado em relação às questões da administração municipal, dentre elas, um novo Código de Posturas Municipais.

Na perspectiva de reorganizar o sistema e o espaço urbano da cidade de Bagé, a administração municipal publicou uma série de Editais e Atos municipais nos jornais da cidade entre os meses de abril e agosto do ano de 1925, entre eles, destacam-se os editais da Diretoria de Obras, da Seção de Águas e Esgotos, do Tesouro Municipal e da Circulação de Veículos na cidade.

Compreendemos que estas legislações fazem parte de um conjunto de normas que determinavam regras de comportamento, convívio e civilidade para a comunidade bajeense, demonstrando a disposição da Intendência Municipal em assegurar a ordem e projetar discursos de modernidade da Primeira República na cidade.

Portanto, entende-se que estas regras estabelecidas pela administração municipal complementavam o Código de Posturas Municipal, com um firme propósito de manter a segurança pública e resolver problemas relacionados com a saúde pública, como adverte Weber^[iv] (1992, p.10): *nos municípios gaúchos, as posturas eram uma legislação específica, que atendiam as necessidades regionais e que atingiam o dia a dia da população.*

Em relação aos vários editais publicados nos periódicos da cidade, o jornal Correio do Sul de 18 de abril de 1925, traz a seguinte notícia:

Intendência Municipal – Estao sendo publicados noutra logar desta folha, os seguintes editaes da Intendência Municipal, para os quaes chamamos a attenção dos interessados:

- da sub-intendencia do 1º districto, referente ao código de posturas municipaes em vigor;
- da secretaria do Thesouro, prorrogando até ao dia 30 do mez corrente, o prazo para o pagamento de todos os impostos municipaes;
- da secção de aguas e exgottos, sobre o desperdício d'agua pelos consumidores;
- da Diretoria de Obras Publicas, sobre o deposito de materiaes na rua, etc.;
- da sub-intendencia do 1º districto, regulamentando o transito de vehiculos. (Correio do Sul, 18/04/1925, p. 02)

Através destes códigos de condutas, percebe-se que o início da gestão de Mangabeira priorizou a sistematização do controle administrativo da cidade, bem como, a organização das posturas públicas e particulares na região mais central da cidade. Ademais, foram também observadas medidas de embelezamento da cidade, como o plantio de árvores^[v] no centro mais urbano do município.

Entre os vários editais publicados nos jornais da cidade, merece destaque o Ato nº 305 de 17 de agosto de 1925, que aprovava o Regulamento de Higiene da cidade:

O intendente municipal de Bagé, no uso de attribuições legaes, e, considerando que a hygiene por suas leis e evoluções actuais, constitue uma das grandes preoccupações das sociedades adeantadas; considerando que da observancia fiel dos seus preceitos redunda um grande beneficio para todos, tanto sob o ponto de vista moral, como sob o ponto de vista physico; [...]; considerando que, após a extincção pelo governo do Estado, do cargo de delegado de hygiene, este logar nunca mais foi provido; considerando, porém, que apesar de seu grão de cultura, Bagé não comporta por enquanto todas as rigorosas medidas de hygiene absoluta; Resolve approvar o seguinte regulamento, que attende ás exigencias mais gerais e inadiaveis de hygiene particular e publica, elaborado pelo respectivo director.

Bagé, 17 de agosto de 1925.

Carlos Cavalcanti Mangabeira. (grifos nossos) (O Dever, 19 de agosto de 1925, p. 01)

O texto do Ato da Higiene Municipal aprovado pela Intendência demonstra claramente as preocupações com a higiene pública, com o controle das epidemias, com os benefícios morais e físicos da cidade moderna, e, por outro lado, perpetuava os discursos de ordem e de controle da sociedade para o bom andamento da cidade. Sendo assim, organizar e regulamentar a cidade também significava inibir a ação de indivíduos que poderiam desafiar o poder do Estado, como afirma Silva (1997, p. 147):

Limpar a cidade significa também organizar os mecanismos institucionais capazes de garantir a continuidade do sistema social. A delinqüência precisa ser inibida, ela polui a vida nas cidades e desafia o poder do Estado. É necessário limpar através da higiene física e espiritual, moralizar o corpo e a alma do indivíduo.

As mudanças iniciadas no início da gestão de Mangabeira continuam a ser executadas nos anos seguintes, porém com uma frequência menor do que no ano de 1925. Entretanto, dentre estas mudanças destacam-se efetivamente aquelas relacionadas à Diretoria de Obras Públicas e da Repartição Central da Polícia Administrativa que tinham relação direta com o Código de Posturas Municipais. Em relação a estes Editais, destacamos:

Edital – Diretoria de Obras Publicas

De ordem do senhor intendente, faço publico que de accôrdo com os artigos abaixo transcriptos do Codigo de Posturas Municipaes, é expressamente prohibido:

- Art. 60º - Levantar andaimes sem licença, não os desmanchar, quando fôr intimado, ou conserval-os em estado que ameace a segurança dos operarios e do transito publico;

Bagé, 20 de março de 1926. (Correio do Sul, 24/03/1926. p.02)

Edital – Repartição Central da Policia Administrativa

De ordem do senhor intendente, faço publico que de accôrdo com os artigos abaixo transcriptos do Codigo de Posturas Municipaes, é expressamente prohibido:

- Art. 58º - A pessoa conservar nas ruas ou praças qualquer objecto que prejudique o transito publico; [...];
- Art. 66º - Conduzir pela cidade animaes soltos ainda que sejam mansos.

Aos infractores serão applicadas as penas da lei.

Bagé, 20 de março de 1926. (Correio do Sul, 24/03/1926. p.02)

O contexto destas reformas e do novo Código de Posturas Municipais traduz a lógica da administração municipal e o ideário da cidade progressista e republicana. Neste conjunto de mudanças ficou evidente a inspiração de Mangabeira de buscar uma sólida formação da legitimidade da Intendência na construção de uma cidade higiênica, moderna e bela.

Enfim, a administração municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira pautou-se pela reconfiguração da cidade nos seus mais variados aspectos, fossem eles, relacionados ao Planejamento Urbano, ao Saneamento Público, ao Controle das Finanças Municipais, ao aumento das Estradas Urbanas e Vicinais do município, como também no gerenciamento da Instrução Pública e da Educação Primária Municipal entre os anos de 1925 a 1929.

Em alusão ao primeiro aniversário da gestão de Carlos Mangabeira, o jornal O Dever de 11 de abril de 1926, traz em seu editorial, a seguinte notícia sobre as muitas mudanças ocorridas na cidade de Bagé:

Um Anno de Intenso Trabalho

Um brilhante exemplo de administração

O que tem sido, em 365 dias, o inteligente esforço do dr. Mangabeira a prol dos interesses de Bagé

Entre applausos e sympathias unanimes da população bagéense vence-se, hoje, o primeiro anno da operosa e intelligente administração [...]. Devia succeder a um governo que se identificara, intimamente, com o povo, num contacto permanente de doze annos de governança. Devia succeder a um governo que se popularisava, creando fundas raizes no coração do povo, pelo seu notável espirito de cordura, de tolerancia, de sentimentos confraternisadores, mais realçados nos angustiosos dias da nevrose revolucionaria. [...] a população inteira desta cidade tem constatado, que Dr. Mangabeira tem estado inteiramente delicadamente entregue multiplas preocupações do seu governo que, seja dito sem mais ardança, tem sido admirável de operosidade, despertando os mais entusiasticos applausos da população e sendo motivo de honrosas referencias, por parte de quantos no Estado. [...], transformando Bagé num verdadeiro centro de progresso e conquistando-lhe definitivamente a honrosissima prerogativa de RAINHA DA FRONTEIRA. [...] (O Dever, 11/04/1926, p.01)

A leitura desta notícia nos ajuda a compreender a importância política da eleição de Carlos Mangabeira ao posto de Intendente Municipal, visto a alusão feita ao tempo de permanência de Tupy Silveira, ex-intendente de Bagé, como também aos fatos políticos que antecederam sua eleição. Por outro lado, esta mesma notícia reafirma os avanços progressistas da administração municipal, além de promover o reconhecimento da cidade como a "Rainha da Fronteira", em função de seus aspectos geográficos, históricos e políticos.

Sobre as mudanças estruturais e os melhoramentos urbanos ocorridos nos primeiros anos da administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira, o jornal O Dever de 27 de janeiro de 1927, traz a seguinte notícia, da qual destacamos:

À CIDADE DE LARGAS AVENIDAS – A administração de Mangabeira cumpre galhardamente o seu programma

Vae apenas para metade do seu periodo de governamenta a actual administração de municipio de Bagé e podemos desde já constatar a plena realização do magnífico programa do sr. d. Carlos Mangabeira, consubstanciado nestes quatro expressivos intuitos, que objetivam o brilhante esforço dos interesses públicos: instrução, estradas, saneamento, finanças [...]. A prova está ahi, flagrante, no destino que o actual governo do municipio vae dar aos 2500 contos do empréstimo que o Estado permittiu ao municipio [...]. Esse empréstimo vae garantir um serviço hydraulico á altura das nossas necessidades, continuando, portanto, o portentoso "trabalho de Hercules" da administração do benemérito Coronel Tupy. [...] É fácil prever para o anno que hoje entra, ainda melhorias nos já corretos serviços públicos. De passagem, informaremos que 120 contos destina-os o orçamento á iluminação da cidade, 70 á instrução, 250 ás obras publicas, e 250 contos á segurança urbana e rural, esta desde agora dando os seus bons fructos por não permittir a existencia na campanha, dos grupos de malfeitores que se aproveitam da alteração da ordem para attentar contra a propriedade alheia. [...] (grifos nossos) (O Dever, 27/01/1927, p.01)

Apesar da demonstração de operosidade da administração de Carlos Mangabeira descrita na notícia publicada do jornal O Dever, onde são aclamados os feitos do governo municipal nas questões relacionadas à modernização da cidade, como também da posição política ocupada por Mangabeira frente ao governo do Estado e no apoio as questões da municipalidade bajeense por Borges de Medeiros. Observamos que o governo de Mangabeira enfrentou uma das mais fortes oposições e as mais pesadas críticas dos editores do jornal Correio do Sul [\[vi\]](#).

Contudo, estas divergências ficaram somente no plano das ideias e explorados nos editoriais do jornal Correio do Sul, enfatizando a posição política e ideológica de seus editores. Neste sentido, dois editoriais são importantes de serem analisadas:

Olhe os Buracos, Sr. Intendente! – O estado deploravel em que se encontram certos trechos das principaes ruas da nossa urbs, leva-nos a solicitar do Sr. dr. Carlos Mangabeira, intendente do municipio, a sua atenção ao menos para os logares onde mais urgentes são reclamados reparos, em virtude de ser mais intenso ali otransito de vehiculos. Com effeito, na Avenida Sete de Setembro, uma das arterias onde maior é o movimento, [...] que, além dos inconvenientes que offerecem ao transito publico, constituem um triste, lastimável attestado de desídia para uma administração que se prese de ser zelosa e progressista. [...] Esperamos que o sr. dr. Intendente não deixará de attender esta reclamação, em virtude dos motivos que a justificam. (grifos nossos) (Correio do Sul, 10/08/1927, p.02)

As notícias postuladas acima, denotam que apesar das críticas serem dirigidas diretamente ao Intendente e a sua administração municipal, os editores do jornal Correio do Sul, advertiam também sobre as necessidades prementes da cidade, mas por outro lado, reconheciam os avanços progressistas do município, como também, promoviam os serviços executados pela municipalidade.

Portanto, ao recuperar aspectos administrativos da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira percebemos que seu governo impôs uma concepção moderna do espaço urbano, um discurso privilegiado da transformação da cidade velha e colonial para uma cidade nova e republicana, na ideia da regeneração social e das práticas cotidianas. Nestes termos, Mangabeira decretou vários editais que visavam o progresso econômico e social, além de mudar a fisionomia estrutural da cidade.

Sendo assim, esta nova visão moderna sobre a cidade apensada às ações administrativas afetaria também a elaboração das políticas públicas educacionais propostas pela gestão de Mangabeira, concordando com os preceitos estabelecidos pela filosofia e pelas práticas republicanas. Neste sentido, afirma Corsetti (2008, p. 58-59):

Portanto, a constituição da nova sociedade implicava o seu reordenamento [...]. Na linha da argumentação exposta, o atraso passou a ser identificado com a sujeira, a feiúra, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, a desordem, elementos que deveriam ser eliminados. No contraponto, o progresso teve como ingredientes a limpeza, o embelezamento das cidades, a saúde, a reprodução da vida, a educação e, em paralelo, a disciplina, a ordem, a produtividade, a lucratividade. Nesse contexto, a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão [...].

Logo, estes discursos do reordenamento da cidade, do progresso social e da vinculação da educação na formação dos cidadãos bajeenses estiveram presentes nas políticas públicas educacionais que iniciaram na gestão administrativa da intendência no ano de 1925. Neste sentido, compreende-se que Mangabeira quer seja pela sua história política, quer seja pela sua experiência pública, quer seja por sua apropriação pessoal da ideologia castilhistaborgista, foi o único político bajeense que colocou em prática a cartilha política e administrativa do PRR estadual na cidade de Bagé.

O Projeto Republicano e a constituição do Sistema Escolar Municipal

De acordo com Corsetti (1998), o projeto republicano de educação ancorava-se na expansão do ensino, na extinção do analfabetismo, na modificação dos programas curriculares, na organização e no planejamento do ensino, como também na aplicação de recursos financeiros à educação. Segunda a mesma autora: *“a importância da educação primária pública foi posta com insistência, sendo ela ingrediente fundamental do projeto de modernização implementado pelos positivistas no Estado. (Corsetti, 1998, p. 171).*

No Relatório Intendencial do ano de 1925, encontramos a seguinte informação sobre o panorama da Educação Pública Municipal, como também, sobre as futuras intenções da municipalidade em relação às questões educacionais, descritas, pelo então, Intendente Municipal, Carlos Cavalcante Mangabeira, na página inicial do documento:

Instrução Pública - Convencido que a grandeza de um povo se aquilata principalmente pela sua instrução e que uma das principais funções de uma administração é zelar pelo ensino dos seus administrados, tenho procurado cuidar com o maior desvelo e carinho d'este nobre encargo, e, assim praticando, **quis que meu primeiro passo administrativo fosse concernente á instrução publica promulgando por Acto n. 295 de 8 Maio, o regulamento das escolas municipais.** [...] Penso que o ensino primário municipal tomou outra direcção e não pouparei esforços para que a instrução tenha a maior diffusão no município. (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1925, p. 04)

A partir deste excerto do Relatório Intendencial, ponderamos, então, que as mudanças administrativas e educacionais tangenciadas pela Intendência da cidade de Bagé, comecem a ocorrer efetivamente somente com a instituição do Regulamento das Escolas Municipais em 1925.

O Ato nº 295, de 08 de maio de 1925^[vii] que estabeleceu o Regulamento das Escolas Municipais teve por objetivo unificar e controlar a Educação Primária Pública no município de Bagé, estes termos são defendidos pelos positivistas durante toda a Primeira República. Neste sentido, o controle permanente da educação pública foi uma ferramenta defendida pelos republicanos, associada à unidade pedagógica e ao planejamento do ensino. (Corsetti, 1998)

Compreendemos este movimento inaugurado pela Intendência Municipal na gestão de Mangabeira como um propósito de estabelecer o papel **regenerador da educação** e a implementação de um **sistema escolar** que regularizasse a Educação Municipal, este movimento trouxe o conjugamento dos ideais republicanos da Primeira República.

Deste modo, afirma-se que os gastos empreendidos com a Educação Pública Municipal, entre os anos de 1925 e 1929, pela gestão do Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira foram responsáveis na promoção de todas as reformas pensadas pela Intendência Municipal de Bagé na implantação do Sistema Educacional Municipal.

Neste sentido, as fontes pesquisadas nos indicam que também no processo da estruturação da Educação Municipal, intensificou-se o estabelecimento de normas, padrões de funcionamento e regras de controle que determinaram a estrutura do primeiro Sistema da Educação Municipal de Bagé.

Sendo assim, as ações administrativas e os discursos educacionais foram um elemento propulsor para o avanço econômico, científico e político da sociedade bajeense, bem como, vincularam o espaço da escola pública como um elemento essencial para a difusão dos ideais cívicos, morais e republicanos.

Mangabeira encontrou na Instrução Primária Pública a possibilidade de vincular os ideais do positivismo e os preceitos republicanos da educação pública, demonstrando que o ensino era o caminho mais viável e rápido no processo de civilizar o povo e de modernizar a nação.

Neste processo de expansão do ensino primário municipal as preocupações atinentes aos esforços da municipalidade foram amplamente defendidas pelo Inspetor Escolar, como se pode observar em seu Relatório:

Proseguindo na execução do programma administrativo, a que se produz o esclarecido governo de V. S., têm-se empregado todos os recursos acessíveis, para que o ensino primario tenha a mais ampla diffusão neste municipio. Visando este *desideratum*, o magisterio municipal, compenetrado da ardua missão que lhe compete, não se limita a acção passiva de esperar o matriculando, para ministrar-lhe os rudimentos de que carece, mas desenvolvendo sua actividade, [...], na execução do systema educativo que adoptou.

Contudo, se senões ainda existem, é porque certamente, todas as questões que surgem, quando se trata de resolver tão magno, quão momentoso problema, não pertencem ao curto espaço de tempo, que medeia uma gestão administrativa, mas reclamam demorado estudo e constantes esforços, [...]. **Para este ponto fundamental, tem-se feito convergir todos os esforços, afim de formar um systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos.** (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1928, p. 33-34).

Ao analisarmos esta parte do Relatório, percebemos a importância da figura do Inspetor Escolar, como agente da municipalidade com poder para cumprir os programas de transformações pensados para as escolas primárias municipais. Por outro lado, o próprio inspetor escolar assumia as exigências descritas no Regulamento das Escolas Municipais^[viii] referentes ao seu cargo, além de afirmar que a expansão do ensino primário fazia parte de um **systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos**

De acordo com Faria Filho (2000), os Inspectores de Ensino imprimiam suas observações dos acontecimentos do cotidiano escolar, possibilitavam o controle, como possíveis intervenções nas atividades desenvolvidas nas escolas. Em outras palavras, os relatórios produzidos concediam à Intendência Municipal uma maneira de fiscalizar as atividades dos profissionais que atuavam nos estabelecimentos de ensino, de forma a manter sempre vivo os interesses da municipalidade.

Os Relatórios Intendenciasais analisados revelaram que as ações empreendidas pela municipalidade entre os anos de 1925 a 1929 da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira, dinamizaram a educação primária municipal. Portanto, o estabelecimento do primeiro **systema educacional municipal** de Bagé, produziu uma série de determinações legais, como a existência do Inspetor Escolar, a contratação de professores, a expansão do número de aulas municipais para sede e a campanha do município, a subvenção para escolas particulares, a criação de grupos escolares e a compreensão da educação como um ramo da política pública municipal.

De certo, os discursos políticos e as ações administrativas no transcorrer da década de 1920, possibilitaram centralidade à educação nas proposições dos governos republicanos gaúchos, logo, ela passou a ser concebida como um direito do cidadão e como uma necessidade para o progresso social e cultural da nação. É possível afirmar, então, que a educação se tornou um dos principais instrumentos da regeneração dos cidadãos, como também um elemento fundamental na execução das reformas sociais, responsáveis pelo advento da modernidade republicana.

No planejamento das políticas públicas e na organização da educação estadual, os republicanos gaúchos transferiram para a escola pública, o papel fundamental e relevante na consecução do projeto republicano gaúcho da Primeira República. Segundo Corsetti (2008, p. 80):

Ao longo da Primeira República, o Rio Grande do Sul vivenciou um [...] projeto de modernização conservadora cujo objetivo fundamental era a consolidação do sistema capitalista no Estado. Nesse contexto, os dirigentes republicanos de orientação positivista definiram uma política que culminou numa organização do setor educacional na qual a escola pública foi estrutura de acordo com o projeto modernizador.

É em meio a este quadro geral, que ao assumir a Intendência Municipal no ano de 1925, Carlos Cavalcanti Mangabeira – republicano histórico de Bagé – assumiu uma postura austera no combate ao analfabetismo e promoveu um projeto de regeneração da sociedade bajeense através da educação contida seu projeto da Instrução Primária Pública.

Neste contexto, ao reunirmos os aspectos mais representativos da política pública do *Sistema de Educação Municipal* e da organização da educação no período de Mangabeira (1925-1929), afirmamos que estas ações demonstraram todo o esforço na expansão e consolidação da educação primária, secundária, artística e física na cidade de Bagé no final da Primeira República.

Na perspectiva de apontar este empenho educacional, é importante salientar que os investimentos municipais com a Instrução Primária Pública, obtiveram um aumento percentual de 45% entre anos de 1926 e 1929, e que também os investimentos educacionais perfizeram uma média de 7,95% do orçamento total nos últimos anos da década de 1920, como se pode observar no Quadro 01 abaixo:

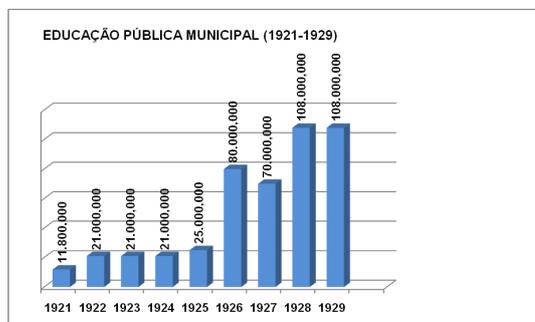
Quadro 01 – Orçamento de Despesas do Município com outras ordens porcentagem

	Ano 1926	Ano 1927	Ano 1928	Ano 1929
Orçamento Total Anual	1.486.000,000	1.552.000,000	1.997.000,000	2.211.500,000
Administração Pública	63,08%	61,92%	61,36%	62,27%
Segurança Pública	17,63%	17,72%	16,50%	15,60%
Iluminação e Higiene Pública	9,76%	10,63%	10,63%	10,63%
Educação Municipal	8,21%	7,60%	8%	8%
Despesas Diversas	1,14%	1,93%	2,26%	3,39%
Auxílios Municipais	0,20%	0,19%	1,24%	0,11%

Fonte: Livre adaptação dos Relatórios do Orçamento

Outro ponto importante é que as despesas com a Instrução Primária Municipal passam a ocupar o quarto lugar no orçamento total do município de Bagé. Ademais, é importante destacar que dentro da **Categoria Iluminação e Higiene Pública**, podem ser enquadradas as despesas com a criação, inauguração e manutenção da futura Praça de Desportos^[i] de Bagé, que foi planejada após 1925, pelo Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira. Na perspectiva de elucidar os dados empíricos encontrados nos relatórios do orçamento municipal no transcorrer da década de 1920 em relação às questões educacionais do município de Bagé, elaboramos o Quadro 02, somente com dados relativos à Instrução Pública Municipal.

Quadro 02 – Somente despesas com Educação Pública Municipal



Fonte: Livre adaptação dos Relatórios do Orçamento

Em nossas análises consideramos Educação Pública Municipal somente os investimentos relativos com as escolas primárias mantidas pelo município. Sendo assim, percebeu-se que no transcorrer da década de 1920, ocorreu um paulatino aumento nos gastos intencionais com a Educação Pública Municipal.

Mas, somente com a gestão de Mangabeira em 1925, os investimentos públicos em relação aos gastos financeiros com a educação sofreram aumentos substanciais e graduais em decorrência do processo da expansão da Educação Pública Municipal.

Em relação a estes investimentos, percebemos que os valores gastos no ano de 1921 – 11.800\$000 – quando comparados com os valores empreendidos no ano de 1929 – 108.000\$000 – representa um aumento quase 10 (dez) vezes maior, em relação ao início da década.

Por outro lado, ao compararmos os valores médios dos valores empregados em educação municipal da gestão de Tupy Martim Silveira (1921-1924) com a gestão de Mangabeira (1926-1929), observaremos que ocorreu aumento percentual de 350% nos investimentos municipais.

À guisa de conclusão

Com base nestas conclusões, uma das heranças educacionais de sua gestão relaciona-se com a efetiva aplicação de recursos financeiros para a expansão, estruturação e normatização da Educação no município de Bagé.

Deste modo, é possível afirmar que os gastos empreendidos com a Educação Pública Municipal, entre os anos de 1925 e 1929, pela gestão do Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira foram também responsáveis na promoção de todas as reformas pensadas pela Intendência Municipal de Bagé na implantação do Sistema Educacional Municipal.

Neste sentido, as fontes pesquisadas nos indicam que também no processo da estruturação da Instrução Pública Municipal, intensificou-se o estabelecimento de normas, padrões de funcionamento e regras de controle que determinaram a estrutura do primeiro Sistema da Educação Municipal de Bagé.

Sendo assim, as ações administrativas e os discursos educacionais foram um elemento propulsor para o avanço econômico, científico e político da sociedade bajeense, bem como, vincularam o espaço da escola pública como um elemento essencial para a difusão dos ideais cívicos, morais e republicanos.

Mangabeira encontrou na Instrução Primária Pública a possibilidade de vincular os ideais do positivismo e os preceitos republicanos da educação pública, demonstrando que o ensino era o caminho mais viável e rápido no processo de civilizar o povo e de modernizar a nação.

Enfim, a maior herança educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira como Intendente Municipal de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, foi o estabelecimento do processo da expansão da educação propagado pelo primeiro Sistema Educacional de Ensino do município de Bagé.

Ademias, neste processo promoveram-se várias reformas na Instrução Pública Municipal, tais como, a normatização da educação municipal, a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora, a encampação municipal da Escola de Música e a construção da Praça de Desportos, um templo dedicado a conjugação de todos os discursos republicanos presentes na Primeira República gaúcha.

Afinal, a educação foi à melhor forma e/ou caminho encontrado pelos positivistas para preconizar os símbolos, as crenças, os rituais e os valores da República, e, além disso, foram especialmente a partir do governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira que se manifestaram todas estas possibilidades na campanha gaúcha e na Rainha da Fronteira.

Referências

BAKOS, Margaret M. **Política na Sala de Visitas (1897-1937)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul* 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (Tomo I).

BICA, Alessandro C. **A Organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé**. Tese (Doutorado em Educação). Unisinos: São Leopoldo, 2013.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

_____. **Imaginário social e política educacional no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)** In: *Cultura Escolar Migrações e Cidadania*. Atas do VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto).

FARIA FILHO, L. M. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República** Passo Fundo: UPF, 2000.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

[i] Cabe salientar que o primeiro **orçamento** pensado pela gestão municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira, foi aprovado em setembro de 1925, pelo Conselho Municipal para o ano posterior.

[ii] BICA, Alessandro C. e CORSETTI, Berenice. **A Educação e o Cívismo na Primeira República no Rio Grande do Sul: O caso da Praça de Desportos do município de Bagé/RS**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 114-124, mar2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639839/7402>

[iii] Após o término de seu mandato como Intendente Municipal de Bagé no ano de 1929, Carlos Cavalcanti Mangabeira é novamente eleito para o cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Bajeense, permanecendo até 1930.

[iv] O Dever de 26 de maio de 1917, p.01.

[v] Cabe salientar que os primeiros esforços empreendidos pela municipalidade na reorganização dos espaços urbanos da cidade, ocorreram nos governos de José Octávio Gonçalves (1910-1913) e particularmente no governo de Martim Tupy Silveira (1914-1925). Especificamente em relação ao período do intendente Martim Tupy Silveira, COSTA (1922, p. 39), comenta: *Bagé, [...] é, hoje, [...] uma das mais belas "urbs" rio-grandenses, pela excelência de suas construções, pela sua higiene, pela boa organização de seus serviços públicos*. DA COSTA, Alfredo R. **O Rio Grande do Sul**. Volume II. Porto Alegre: Globo/Barcellos, Bertaso & Cia.,1922.

[vi] WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

[vii] Nas edições do jornal Correio do Sul de 07 de junho de 1925, 15 de julho de 1925 e 02 de agosto de 1925, foram noticiadas, respectivamente: a substituição das árvores das ruas centrais, entre elas, a Rua 07 de setembro e a Rua Marechal Floriano; O ofício do Intendente de Bagé dirigido ao Intendente Municipal, Augusto Simões Lopes, requerendo mudas de árvores do Horto Municipal de Pelotas e o plantio das árvores na cidade de Bagé. As árvores plantadas na administração de Carlos Mangabeira no ano de 1925 fazem parte do patrimônio histórico e cultural da cidade na atualidade.

[viii] Em relação ao embate ideológico travado entre os jornais O Dever e o jornal Correio do Sul da cidade de Bagé na Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, consultar Bica (2014).

[ix] O Regulamento das Escolas Municipais de 1925 foi o primeiro regimento que atuou e legislou sobre as características administrativas, estruturais e pedagógicas das escolas municipais da cidade de Bagé, sendo publicado em sua íntegra no jornal O Dever e no Correio do Sul na edição de 09 de maio de 1925.

[x] No Regulamento das Escolas Municipais, os capítulos da Inspeção e Fiscalização do Ensino, determinavam entre outras coisas, que o Inspetor de Ensino: deveria apresentar ao intendente um relatório minucioso do trabalho nas escolas, propor e tomar medidas convenientes para o bom funcionamento das escolas; Propor a remoção de professores que tivessem pouca frequência de alunos e suspender professores que não atendessem as funções de seu ofício. Todas essas decisões deveriam ser comunicadas ao Intendente Municipal.